

Aspectos de uma Gramática Explicativa: A Ocupação do Lugar do Objeto Direto

Aspects of an Explanatory Grammar: The Occupation of the Site of the Direct Object

Luiz Francisco Dias

RESUMO

O texto aborda o problema da ocupação do lugar do objeto direto no português. Especificamente, trabalhamos com o conceito de domínio de referência, desenvolvido no interior de uma semântica da enunciação. A especificidade da referência a um objeto nesse lugar sintático está no fato de que o referente está submetido aos recortes da história no acontecimento enunciativo. Com o conceito de domínio de referência, acreditamos poder avançar na proposição de uma gramática explicativa para o Português.

Palavras-chave: Enunciação, objeto direto, domínio de referência.

ABSTRACT

The paper approaches the problem of the occupation of the site of the direct object in Portuguese. We specifically work with the concept of domain of reference developed within the semantics of enunciation. The specificity of the reference to an object in this syntactic site rests on the fact that the referent is submitted to specifications of history in the enunciatory event. With the concept of domain of reference, we believe we can further the proposition of an explanatory grammar for the Portuguese language.

Key words: Enunciation, direct object, domain of reference.

Inicialmente, vamos apresentar uma breve caracterização das linhas de pensamento que fundamentam as gramáticas brasileiras na atualidade. Nessa caracterização, o nosso foco de interesse está orientado para três questões: o tratamento da exterioridade do lingüístico; a relação entre conceito/regra e exemplo; e os objetivos da gramática¹. Nesse sentido, adotamos como parâmetro os seguintes aspectos, os

quais consideramos essenciais para a determinação da identidade de uma gramática: a concepção de língua que lhe dá sustentação; o papel e a característica dos dados apresentados como demonstração dos conceitos; e a relação com o ensino. O resultado da análise desses aspectos nos permitiu caracterizar as três grandes correntes do pensamento gramatical no Brasil de hoje.

Luiz Francisco Dias é Doutor em Lingüística. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

¹ Quando falamos em "produção de gramáticas", estamos nos referindo à produção de instrumentos de acesso a um saber sobre uma língua. Adiante, vamos apontar os aspectos relativos a esse "saber" sobre a língua.

Textura	Canoas	n. 5	2º semestre de 2001	p. 2 9-34
---------	--------	------	---------------------	-----------

AS ATUAIS CORRENTES DO PENSAMENTO GRAMATICAL NO BRASIL

A primeira corrente é representada pelas gramáticas de linha tradicional. Nessas gramáticas, a língua é considerada uma representação do real. O que se denomina de exemplo adquire o papel de mostrar as formas de que a língua dispõe para representar esse real. Ao buscar a demonstração da regra nos escritores renomados, a concepção de exemplo adquire uma especificidade: fornecer ao aprendiz da língua uma padronização dessas formas a ser seguida pelos usuários, com base na autoridade desses escritores. Dessa forma, a gramática é ao mesmo tempo uma descrição da relação entre língua e o real e um instrumento de como operar com ela (língua) a partir de padrões estéticos ou lógicos. A obediência a esses padrões seria determinante na eficácia da apreensão e da transmissão das categorias do real. Dessa forma, a descrição da língua está comprometida por uma instrumentação. Nesse aspecto, o conceito de exemplo contrai paralelismo com uma das concepções de “exemplar”, qual seja, a de modelo a ser seguido. Isso tem fornecido, em larga escala, a base para o ensino de gramática na escola. O conceito de “correção” traz o pressuposto de que há um “estado” de língua deficitário, isto é, de que há uma língua que não é eficaz na apreensão e transmissão das categorias do real. E isso é tomado como justificativa para a interferência nesse estado de língua. Se a gramática é um instrumento de acesso a um saber sobre a língua, o domínio desse instrumento está diretamente comprometido com o perfil de um saber “utilitário”. Quando se fala em ensino de português, o que normalmente aparece como idéia predominante é o aprimoramento da habilidade no uso da língua, e sendo habilidade de uso normalmente confundida com domínio de norma culta, pode-se entender o “apego” à gramática tradicional no ensino de português nas nossas escolas.

A segunda corrente tem como seu maior representante a gramática de Perini (1995). Ao adotar uma linha formalista, ela situa a relação entre língua e exterioridade numa órbita periférica da análise do fato lingüístico. A língua é considerada uma estrutura constituída segun-

do as possibilidades e coerções de ordem formal (morfológicas e sintáticas). O que se denomina de exemplo tem unicamente a função de demonstrar a produtividade da regra/conceito. Nesse sentido, como um exemplar equivale a qualquer outro do mesmo perfil projetado pela regra/conceito, a questão da constituição de um corpus perde relevância. O próprio gramático constrói os exemplos que se adaptam ao perfil projetado. A abrangência do exemplo é relativa às outras ocorrências possíveis, que atualizariam a mesma propriedade. O conceito de exemplo aqui contrai paralelismo com uma outra concepção de “exemplar”, qual seja, uma peça dentre outras de igual propriedade. Nesse sentido, a relação com o ensino não pode estar ancorada na relação entre o conceito e o exemplo. Se a gramática é um instrumento de acesso a um saber sobre a língua, a questão da pertinência desse saber para a escola não está inscrita na constitutividade dessa relação. Uma gramática descritiva como a de Perini projeta a tese de que conhecer uma língua envolve a aquisição da capacidade de aplicar a uma seqüência lingüística um conjunto de traços formais que se postula como estruturantes dessa seqüência enquanto unidade de língua.

A terceira corrente é a da gramática de linha funcional, especificamente a de Moura Neves (2000). Ela situa a relação entre língua e exterioridade na organização dos meios de interação. Isto equivale a dizer que a organização dos meios lingüísticos está diretamente determinada pelas regularidades da organização da experiência humana. A organização de um corpus com perfil definido ganha relevância. Há uma necessidade de relacionar os usos com as modulações de significação que eles adquirem tendo em vista as especificidades dos meios de interação. Portanto, do corpus se extraem parâmetros determinantes para se definir a própria organização da gramática. Nesse sentido, a gramática adquire o papel de explicitar os usos da língua segundo padrões regulares, independentemente do prestígio desses usos no meio social. O conceito de exemplo aqui contrai paralelismo com uma terceira concepção de “exemplar”, qual seja, um testemunho de uma ocorrência específica. Se, em Perini, o exemplo está voltado para a regra/conceito, em Moura Neves, o exemplo não deixa de manter relação com



as categorizações específicas do modelo teórico adotado, mas elas necessariamente são informativas em relação a estados de uso diversificados. Esse caráter informativo, que é constitutivo da relação entre o instrumento e o saber da língua, fornece à gramática funcional uma especificidade no tocante ao seu lugar no ensino. Ela projeta a tese de que conhecer a língua envolve a exposição do usuário à diversidade de seus usos. Esse é um dos aspectos principais do caráter informativo que acabamos de apontar. E é também por esse aspecto que ela se diferencia do caráter normativo das gramáticas de linha tradicional.

Em resumo, a gramática tradicional é, antes de tudo, um instrumento de acesso aos padrões de uso culto; a gramática de linha formalista, por outro lado, propõe uma análise das propriedades que compõem a constituição orgânica da língua; e a gramática funcionalista, por sua vez, traça o perfil dos padrões regulares de uso da língua.

EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA DE GRAMÁTICA

A análise das diferenças entre as correntes descritas acima nos indicou a possibilidade de desenvolver uma concepção alternativa de gramática, que seria diferente das três. A idéia central desse projeto se concentra na elaboração de uma gramática que atenda ao seguinte perfil: a relação entre a língua e a exterioridade estaria localizada nas condições de sustentação e pertinência do enunciado a domínios de referência específicos. A língua se constitui em possibilidades regularmente configuradas numa ordem material específica, que tem na sintaxe a sua base; e é sobre essas possibilidades que opera o discurso. A descrição da configuração dessas possibilidades (dimensão orgânica), aliada à explicação do mecanismo de acionamento das possibilidades (dimensão enunciativa) constituirão o perfil de uma **gramática explicativa**. Sendo assim, aquilo que se configura como exemplo nas outras gramáticas, nesta, tem outro estatuto. As sentenças que demonstram as regularidades lingüísticas vão se ordenar segundo o perfil de constituição dos gêneros dis-

cursivos em função dos quais os enunciados ganham pertinência. Dessa forma, vamos operar com enunciados já configurados segundo o seu gênero de pertencimento, e com base neles, vamos operar com a elaboração de outros enunciados com o mesmo perfil de pertencimento. Assim, pretendemos elaborar uma gramática capaz de **explicar** o funcionamento da língua, trabalhando a relação entre a configuração orgânica e suas projeções de acionamento enunciativo. O que vai diferenciar o nosso trabalho daqueles que apontamos acima é antes de tudo o seguinte: não pretendemos estabelecer normas, nem puramente descrever estruturas, e nem mesmo informar sobre os usos. Mas, de alguma forma, estaremos descrevendo, embora a perspectiva da descrição não seja a mesma do Perini. Da mesma maneira, estaremos informando, tendo em vista que uma explicação não deixa de trazer informação, embora sem a pretensão de expor a multiplicidade dos usos do português do Brasil, como o fez Moura Neves. Com isso, haverá um sacrifício dos detalhes em benefício da compreensão das grandes linhas de funcionamento da língua. Numa etapa final, pretende-se que essa gramática seja formulada com uma linguagem adequada para se utilizar como instrumento de acesso na escola a um saber sobre a língua. No entanto, nesse aspecto, ela não seria normativa, mas explicativa.

O PERFIL DE UMA GRAMÁTICA EXPLICATIVA: O OBJETO DIRETO EM QUESTÃO

A noção de “objeto” nas gramáticas está fundamentada na idéia de que a significação da maioria dos verbos transita para outros elementos fora da órbita lexical desses verbos. Daí o uso do termo “transitividade”. Com ele, produz-se a concepção de que esses elementos, pertinentes ao verbo, mas exteriores aos limites da forma verbal, são considerados complementos verbais. A concepção de objeto como algo projetado pelo verbo advém justamente da idéia de que os verbos transitivos já requerem, a partir da sua base lexical, um argumento, em forma de sintagma nominal ou oração, que venha “completar” a significação. A transitividade aparece nas gramáticas, portan-



to, como uma propriedade do verbo. No decorrer deste estudo, pretendemos mostrar que essa concepção não oferece resposta para aspectos importantes, principalmente aqueles relacionados à não ocorrência de objetos em verbos considerados transitivos. Dessa forma, vamos trabalhar com uma outra concepção de transitividade. É o que vamos começar a desenvolver agora.

A nossa tese é a de que a transitividade é um fenômeno que se desenvolve numa órbita mais ampla do que a do campo lexical do verbo. Dentre os elementos que compõem o fenômeno da transitividade, o verbo tem certamente um papel importante. A sua importância estaria relacionada à constituição do lugar do objeto. Mas há um outro lado importante do fenômeno: os domínios de referência na ocupação desse lugar². No sentido de trabalhar a relação entre a constituição do lugar do objeto e a sua ocupação, vamos analisar ocorrências dos verbos “fazer” e “dar”.

Vamos esboçar alguns traços daquilo que compreendemos como uma concepção explicativa de gramática, particularmente no estudo da função que as gramáticas tradicionais denominam de complemento verbal. A nossa linha de trabalho é natureza semântica. Especificamente, vamos partir da hipótese de que a constituição da referência não é algo da relação entre a linguagem e o real, e nem algo relativo ao gesto singular do sujeito na locução. Na nossa perspectiva, a referência se constitui na relação entre o acontecimento do dizer e o espaço histórico da constituição desse dizer (Guimarães, 2002). O fato de assumir um lugar de sujeito nesse espaço da história, permite a ele (sujeito) estabelecer perspectivas de constituição de recortes de significação. Assim, o objeto referido é, antes de tudo, um objeto constituído no gesto de significação, isto é, um objeto historicamente delimitado no acontecimento enunciativo.

Vejamos as sentenças abaixo:

(1) Pedro fez isso e aquilo e não foi punido

(2) Paulo fez poucas e boas e ninguém disse nada

(3) Marcos fez muito por essa cidade³

² Em Dias (2001), trabalhamos uma distinção paralela: a formação do lugar do sujeito e as condições de materialização desse lugar.

³ Agradeço a Wilson Guerreiro Pinheiro e a Germana Correia de Oliveira por me trazerem as sentenças (2) e (3), respectivamente.

Em (1), temos os pronomes *isso* e *aquilo*, que se configuram essencialmente como palavras-âncora. Em (2), embora tenhamos palavras que normalmente se apresentam como pronome indefinido (*poucas*) e adjetivo (*boas*), aqui elas formam uma expressão que contrai um valor de “âncora”. Em (3), temos algo parecido: o termo *muito*, que pode se apresentar como adjetivo, pronome indefinido ou advérbio, neste caso também adquire status de “âncora”. Restamos agora definir a concepção de **ancoragem** que sustenta o conceito de ocupação do lugar do objeto nos casos de (1) a (3).

Trabalhamos com a tese segundo a qual esses termos adquirem uma sustentação discursiva, ao ocupar o lugar do objeto. Com a idéia de sustentação discursiva, vamos enfrentar o problema da pertinência da exterioridade na configuração da forma lingüística. Diferentemente das abordagens de ordem pragmática, que operam com a noção de contexto, a nossa abordagem pretende mostrar que faz parte da identidade da forma lingüística uma dimensão enunciativa. Nessa dimensão, a exterioridade tem um caráter de memória (de ordem social e histórica). O locutor nunca tem um acesso geral e irrestrito a esse campo de memória, porque ele se configura em recortes discursivos, que são recortes da memória historicamente delimitados. Especificamente, quando enunciamos (1)

(1) Pedro fez isso e aquilo e não foi punido os pronomes *isso* e *aquilo* estabelecem a base da sua referência num recorte discursivo que poderia incluir “desvio de dinheiro público” ou “compra de votos”, por exemplo. Ao mesmo tempo, nesta relação entre o lugar do objeto e o domínio de ocupação, mediado pelos pronomes, produz-se um espaço de exclusão de referência. Em relação a esse espaço de exclusão, poderíamos dizer que, no domínio de referência da ocupação do lugar de objeto considerado em (1), provavelmente não estariam incluídos “carinho no filho” ou “doação de parte do salário à Igreja”, por exemplo. Certamente, encontramos na sentença seguinte (*e não foi punido*) um certo suporte para a configuração desse domínio de ocupação. No entanto, em (1a), poderíamos ter os mesmos recortes, mas com o mínimo de suporte na sentença seguinte:

(1a) Pedro fez isso e aquilo e ninguém ficou sabendo



Há um aspecto importante a se considerar na concepção do domínio de referência. Está associada à configuração do recorte de memória uma submissão às dicotomias socialmente marcadas como ações positivas vs ações negativas. Dessa forma, podemos vislumbrar um conjunto de ações de valores negativos, em (2), e positivos em (3), como objetos passíveis de ocupação do lugar projetado pelo verbo “fazer”. Algumas vezes, a palavra-âncora já nos fornece uma pista mais precisa para se chegar ao domínio de ocupação que ampara os objetos de referência do lugar:

(4) Pedro fez bonito na reunião. Senti orgulho de ser amigo dele

(5) Paulo fez feio no palco. E o pior é que ainda foi aplaudido

Nesses casos, *bonito* e *feio* nos orientam diretamente seja para o lado positivo (4), seja para o lado negativo (5) da dicotomia dos valores a serem considerados na configuração do domínio de referência.

Vejamos agora algumas ocorrências com o verbo “dar”, no sentido de desenvolvermos melhor a idéia de domínio de referência na ocupação do lugar de objeto.

(6) Pedro é do tipo que bate e depois dá flores

Nesse caso, no mesmo lugar onde está *flores*, poderia estar *beijos* ou *carinho*. Isso se aplicaria também a sentenças como (6a)

(6a) Cuidado! Pedro é o tipo de pessoa que não costuma dar flores

Aqui, também teríamos a possibilidade de trocar *flores* por *beijos*, tendo em vista que ambos atendem aos mesmos parâmetros do domínio de referência. Diremos que, em casos como esse, o mesmo domínio abarca tanto *flores* como *beijos*. O termo “flores” em (6) e (6a) funciona como representante da orientação referencial, e adquire um papel semelhante ao da âncora, como vimos nas sentenças de (1) a (5).

Por sua vez, na medida em que se estende o domínio de referência na ocupação, a relação entre o campo de objetos passíveis de ocupar o lugar e o campo de objetos passíveis de exclusão do lugar passa a ser fortemente controlada por fatores discursivos que atuam na enunciação. Vejamos:

(7) É dando que se recebe

Aqui, não temos a ocupação material (or-

gânica) do lugar do objeto. No entanto, na medida em que concebemos uma sustentação discursiva para a sentença, podemos projetar um domínio de referência capaz de dar suporte a uma ocupação.

Não é difícil localizar na memória social do ocidente a origem dessa frase. Trata-se da frase que, segundo a Igreja Católica, foi proferida por São Francisco de Assis. Mas é comum encontrarmos essa frase sendo enunciada também no âmbito do discurso político, como conclusão de uma reportagem sobre corrupção de parlamentares, por exemplo.

Um dos fatos lingüísticos que marcam a configuração enunciativa dessa frase é a ausência de complemento (objeto direto e indireto) dos verbos “dar” e “receber”, que são classificados pela tradição gramatical como verbos transitivos direto e indireto, tendo em vista que “pedem” os dois tipos de complemento.

Mas é a ausência de complemento que justamente permite a inserção da mesma frase em dois discursos diferentes. E essa relação com o espaço institucional (concretizado enquanto espaço de memória), em que os discursos ganham identidade, torna a sentença um texto. No discurso religioso, o objeto não aparece lingüisticamente tendo em vista a sua amplitude. Prega-se que se dê *carinho*, *amor*, *perdão*, *compreensão*, ou mesmo *bens materiais*, no sentido de receber *bênçãos*, *paz*, *salvação*, etc. Por outro lado, no discurso político, o objeto não aparece porque fere a ética. Poderíamos ter como objeto do verbo “dar” *propina*, *favores*, *votos*... e como objeto do verbo receber, *obras*, *votos*, *favores*, etc. Veja que não podemos permutar os objetos que ocupariam o lugar específico do discurso político para o mesmo lugar no discurso religioso e vice-versa. Se imaginarmos a frase “É dando perdão que se recebe bênçãos” no discurso político, estaremos trabalhando sob o signo da ironia. O chamado “complemento verbal”, enquanto fato lingüístico, não deve ser analisado apenas do ponto de vista de sua relação com o verbo. O verbo “dar” se inscreve no enunciado trazendo uma memória de complemento (que aparece explicitamente em *Pedro deu flores a Maria*, *Carlos dá uma mesada para o filho*, etc). No entanto, o objeto pode adquirir uma identidade tendo em vista a sua circulação institucional. Nesse caso, o que nos interessa é a identi-



dade do seu domínio de ocupação, isto é, a sua pertinência discursiva e não apenas a sua presença lexicalmente marcada. A responsabilidade pela “ocupação” do espaço de enunciação advindo do verbo “dar” está na esfera do discurso, e não apenas no lingüístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos produzir uma pequena demonstração do perfil de uma gramática explicativa. Especificamente, procuramos conceber o lugar do objeto como um espaço de regularidades enunciativas, tendo em vista a relação com um campo de identidade discursiva. Nessa direção, analisamos algumas sentenças corriqueiras no nosso dia-a-dia, tentando estabelecer as condições segundo as quais o objeto ganha pertinência em relação aos recortes da memória social. E é em relação a esses recortes de memória que se constitui o domínio de ocupação do lugar do objeto. Esperamos poder mostrar que essas reflexões podem nos fornecer caminhos interessantes para constituirmos um olhar produtivo, capaz de contribuir para um ensino da língua mais interessante do que aquele que temos hoje nas nossas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIAS, Luiz F. Fatos sintáticos e propriedades enunciativas: uma visão semântica da transitividade verbal. in: HORA, Dermeval da & CHRISTIANO, Elizabeth (orgs.) *Estudos Lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa, 1999, p.179-191.
- _____. Gramática e ensino do português: abrindo horizontes. In: MOURA, D. (org.) *Língua e ensino: dimensões heterogêneas*. Maceió: Edufal, 2000. p. 21-28.
- _____. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, Ana (org.) *As relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: UFRGS/Sagra Luzzatto, 2001. (no prelo)
- GUIMARÃES, Eduardo J. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- MOURA NEVES, Maria H. de. A gramática de usos é uma gramática funcional. São Paulo: Alfa, n. 41, p. 15-24, 1997.
- _____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: ed. da UNESP, 2000.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

